

Pertença e nacionalidade: A auto-identificação dos imigrantes cabo-verdianos e brasileiros residentes em Portugal

Texto especialmente reelaborado para o presente *e-book*.

Paulo Manuel Costa¹

1. Introdução

Em 2006 foram efectuadas alterações significativas no regime legal de aquisição e de atribuição da nacionalidade portuguesa, com a finalidade específica de facilitar a sua concessão. Em abstracto, esta facilitação visaria, sobretudo, promover a integração social dos imigrantes, eliminando algumas das restrições ao reconhecimento de um estatuto pleno de cidadania, nomeadamente o acesso ao núcleo de direitos reservados aos nacionais portugueses, como os direitos políticos ou a liberdade de circulação no espaço europeu.

No entanto, não é evidente que esta opção facilitadora seja a melhor via para promover o desenvolvimento de uma política de integração que vise construir uma identidade comum a todos os residentes no território português. Nem que seja a melhor para assegurar a coesão social e garantir a disponibilidade para a cooperação entre todos. E parece que será tanto mais assim quanto mais os estrangeiros, em termos de identidade, privilegiem a identificação com o país de origem e sua principal motivação para a aquisição da nacionalidade seja a obtenção de um melhor estatuto de cidadania, sem com isso revelar uma especial ligação e identificação com a comunidade nacional.

A política de imigração portuguesa, na vertente da integração social, tem conduzido a uma progressiva igualdade de direitos e deveres entre os estrangeiros e os nacionais. Isso tem sido conseguido através de três vias:

- a eliminação de disposições discriminatórias, como aquelas que anteriormente condicionavam o acesso ao mercado de trabalho, com a existência de quotas que limitavam a contratação de trabalhadores estrangeiros pelas empresas nacionais;

¹ Professor Auxiliar na Universidade Aberta e Investigador no CEMRI - Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais e na ELO – Unidade Móvel de Investigação em Estudos do Local. *E-mail*: pmcosta@uab.pt

- a extensão dos direitos de cidadania, embora, em alguns casos, isso ainda esteja condicionado pelo princípio da reciprocidade, como sucede com os direitos de participação política a nível local;
- a adopção de medidas de política social que tenham com conta a especificidade da condição dos imigrantes e que, em certa medida, têm sido sistematizadas nos planos para a integração dos imigrantes e incluídas nos planos nacionais de acção para a inclusão.

Se bem que ainda existam domínios em que se justifica a adopção de medidas adicionais que promovam a igualdade, como sucede, por exemplo, com o direito a determinadas prestações sociais, no geral, pode afirmar-se que os imigrantes beneficiam de uma tendencial equiparação formal de direitos e deveres com os nacionais, em especial a partir do momento em que a sua residência se prolonga e consolida em território português. Apesar disso, a facilitação do acesso à nacionalidade portuguesa, enquanto medida promotora da integração social dos imigrantes, foi sempre uma questão presente na esfera pública, em resultado, nomeadamente, das reivindicações dos movimentos associativos imigrante e anti-racista.

No entanto, o regime jurídico português da nacionalidade nunca foi especialmente restritivo, uma vez que sempre reconheceu a possibilidade de atribuição originária da nacionalidade aos indivíduos nascidos em território português e filhos de pais estrangeiros, mediante declaração, e a aquisição da nacionalidade por naturalização, após residência em território português por um período mínimo de seis anos. Deste modo, durante muito tempo, a principal dificuldade era o tempo de apreciação dos processos de nacionalidade, o qual facilmente se prolongava por vários anos, sobretudo pela necessidade de certificar a documentação entregue pelos requerentes, em resultado da destruição ocorrida nos arquivos civis de alguns dos países de origem, assim como pelo nível de fraude detectado anteriormente em requerentes de certas áreas geográficas, o que obrigava a um maior cuidado na apreciação dos elementos de prova apresentados com os pedidos de nacionalidade portuguesa.

As alterações efectuadas em 2006 foram justificadas pelo legislador com a necessidade de assegurar o «reconhecimento de um estatuto de cidadania a quem tem fortes laços com Portugal» (preâmbulo do Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de Dezembro) e visaram, sobretudo, a situação específica dos descendentes de imigrantes, em particular daqueles que nasceram em território português, mas incidiram também sobre o regime de naturalização.

Assim, com a Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de Abril, a Lei da Nacionalidade passou a prever que os indivíduos nascidos em território português, filhos de pais estrangeiros que também tenham nascido em Portugal e que aqui tenham residência ao tempo do nascimento, sejam considerados como sendo portugueses de origem. Neste caso, importa sublinhar que os

pais continuam a ser estrangeiros e que não é exigida a continuidade temporal entre o nascimento e a residência.

Para além disso, mantém-se a possibilidade do filho de pais estrangeiros adquirir a nacionalidade portuguesa por origem, se os pais declararem que querem que o filho seja português e se não estiverem ao serviço de Estado estrangeiro e tiverem residência legal em Portugal há pelo menos cinco anos.

No que respeita à naturalização, foi eliminada a obrigação do candidato demonstrar a «existência de uma ligação efectiva à comunidade nacional», apenas lhe sendo exigido que conheça «suficientemente» a língua portuguesa e que resida há pelo menos seis anos em território português, para além de dever ser maior ou emancipado e de não ter sido condenado pela prática de crime punível com pena superior a três anos de prisão.

Foi ainda seriamente limitada a liberdade de apreciação dos pedidos de naturalização, pois enquanto anteriormente, e após a verificação do cumprimento dos requisitos previstos na lei, era possível a concessão ou não a nacionalidade, isso deixou de acontecer a partir de 2006, passando a ser obrigatório o reconhecimento do direito à nacionalidade e a sua concessão.

Estas mudanças no regime legal tiveram um impacto significativo no número de processos de aquisição da nacionalidade portuguesa que foram submetidos à apreciação da Conservatória dos Registos Centrais (tabela 1).

Na realidade, embora se verifique um crescimento sustentado dos processos ao longo do período de 1996 a 2009, é em 2007 que ocorre o maior aumento, quando foram recebidos 29.853 pedidos, valor esse que é superior, por exemplo, à soma do total de processos submetidos nos seis anos anteriores (2001 a 2006).

Tabela 1 – Processos de aquisição da nacionalidade (1996-2009)

Ano	N.º processos
1996	1 979
1997	1 881
1998	2 371
1999	2 980
2000	3 277
2001	3 886
2002	3 936
2003	4 702
2004	5 141
2005	4 145
2006	7 227
2007	29 853
2008	36 640
2009	31 961

Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça, 2013.

Nos últimos dois anos, com objectivos diferentes, foram efectuadas novas alterações no regime jurídico da nacionalidade.

Assim, em 2013, o artigo 6.º, da Lei da Nacionalidade, foi alterado pela Lei Orgânica n.º 1/2013, de 3 de Outubro, ficando os descendentes de judeus sefarditas portugueses dispensados do conhecimento da língua portuguesa e da residência em território português, desde que demonstrem a «pertença a uma comunidade sefardita de origem portuguesa, com base em requisitos objetivos comprovados de ligação a Portugal, designadamente apelidos, idioma familiar, descendência direta ou colateral».

Por sua vez, a Lei Orgânica n.º 8/2015, de 22 de Junho, veio aditar um novo requisito para a concessão da naturalização, impondo que o interessado não pode constituir um perigo ou uma ameaça para a segurança ou a defesa nacional, em razão do seu envolvimento em

actividades relacionadas com a prática do terrorismo. Este requisito passou também a constituir fundamento para oposição à aquisição da nacionalidade (artigo 9.º, al. d)).

A estratégia de utilização da concessão da nacionalidade portuguesa aos estrangeiros como via para suprir lacunas do estatuto de cidadania parece-nos duvidosa, pois a nacionalidade não deve ser considerada como um estatuto jurídico de direitos e deveres (esse é o campo operativo da cidadania), uma vez que ela expressa, sobretudo, a ligação de um indivíduo a uma nação. Deste modo, o requerente pretendendo ingressar na nação, deve ser capaz de demonstrar a existência de uma qualquer ligação entre ele e a nação, não sendo suficiente, para isso, a mera existência de um interesse ou vantagem individual na aquisição da nacionalidade.

Nem sempre as diferenças de estatuto jurídico entre os estrangeiros e os nacionais são inadmissíveis, pelo que importa verificar em que medida elas são justificáveis. E, se não o forem, então a melhor forma de promover a igualdade parece que será aquela que consiste na eliminação das disposições legais e das medidas políticas que consagram esse tratamento diferenciado.

Assim, por exemplo, não parece fazer sentido atribuir direitos políticos a turistas e no caso dos imigrantes isso só se justifica quando estes tiveram a oportunidade de conhecer a situação social e política nacional e de desenvolver o interesse pela participação política, o que parece pressupor a observância de períodos mínimos de residência contínua e regular em Portugal; como tal, não estamos perante uma diferença de tratamento inadmissível face aos nacionais.

No entanto, já não parece aceitável que, por força do princípio da reciprocidade, estrangeiros que estão nas mesmas condições, não beneficiem dos mesmos direitos, como sucede com a possibilidade de participação nas eleições autárquicas, porque isso se irá traduzir na discriminação e marginalização de uma parte dos estrangeiros, sem uma razão plausível.

2. A nacionalidade e a cidadania

Embora tradicionalmente seja difícil estabelecer um conceito de nação que possa merecer uma adesão alargada, uma vez que cada um dos elementos da definição que têm sido propostos é susceptível de questionamento quanto ao seu conteúdo e importância, entendemos que ela designa o conjunto de pessoas que na posse de um território e unidas por laços comuns, partilham uma cultura pública e aspiram ao exercício do poder político soberano. Para isso criam um Estado, o qual é constituído pelo conjunto de instituições que exercem o poder político e têm o monopólio do uso legítimo da força no interior do território.

Como tal, e segundo Smith, o Estado nacional nada mais é do que «um instrumento para executar a vontade da nação» (Smith, 1999, p. 95) e, se assim é, será útil manter a separação conceptual entre a nação e o Estado e, consequentemente, entre a nacionalidade e a cidadania.

Uma das classificações que tem alimentado a discussão sobre a nação, é aquela que opõe a nação étnica à nação cívica, e que resulta da ponderação do tipo de laços que une os respectivos membros. Assim, a nação étnica seria aquela em que é conferida uma maior importância aos elementos étnicos na construção da nação, como a descendência comum, enquanto na nação cívica se atenderia mais a elementos como a residência no território ou as relações existentes entre os indivíduos.

No entanto, vários autores questionam esta oposição entre a nação étnica e a nação cívica, argumentando que todas as nações integram elementos de base étnica e de base cívica, variando apenas o peso que é atribuído a cada um deles. Para além disso, na base deste binómio parece que esta subjacente outro tipo de classificações da nação e da nacionalidade, como mau/bom ou indesejável/desejável, que não servem muito para a compreensão sobre o modo de estruturação e os fins da nação (Smith, 1995, p. 149; Shulman, 2002, p. 558).

Segundo Smith, o nacionalismo cívico pode ser tão severo e intratável como o nacionalismo étnico, nomeadamente quando exige o abandono da comunidade étnica como preço a pagar para obter a cidadania e os seus benefícios (Smith, 1999, p. 86). Ademais, a nação cívica exigirá sempre um determinado nível de homogeneidade cultural entre os seus membros, que se traduzirá, no mínimo, na exigência de utilização da língua oficial e na adesão a certos princípios nucleares, como poderão ser o respeito pela liberdade ou a igualdade.

Tendo em conta o modo como a nação cívica é conceptualizada, poderia defender-se que o exercício da cidadania seria suficiente para promover a solidariedade exigida aos membros da nação e necessária para manter a sua coesão. Isto porque se entende, por exemplo, que a residência num mesmo espaço é em si mesma apta, pelo menos em abstracto e com o decorrer do tempo, para promover entre os indivíduos a partilha de interesses, de objectivos e de valores necessários para o prosseguimento de um projecto de vivência em comum, até porque ela fomenta a reprodução de certos comportamentos similares ao dos autóctones, permitindo gerar sentimentos de identidade, solidariedade e reciprocidade, os quais são a base da coesão social do grupo.

Embora se concorde que o exercício de direitos e deveres pode servir para criar ou reforçar o sentimento de ligação que um indivíduo tem para com os outros residentes e um Estado, tal não parece, só por si, apto a produzir uma ligação de tipo mais emocional como aquela que aparece, normalmente, associada à partilha de uma nacionalidade. Ou seja, aceita-se que o

conjunto de direitos de cidadania atribuídos por um Estado poderá influenciar a decisão de alguém querer adquirir a respectiva nacionalidade, mas daí não decorre que a titularidade e exercício desses direitos e deveres expresse ou revele, necessariamente, uma ligação com os restantes membros da nação.

Com salienta Joppke, os estrangeiros não são uma categoria nacional ou étnica, mas uma categoria legal formal, pelo que a sua exclusão social resulta menos deles serem membros de um determinado grupo étnico ou nacional e mais de não serem cidadãos (Joppke, 2005, p. 49). Como a exclusão não é baseada em características de grupo, colocando-se antes em termos individuais, a linguagem colectivista da etnicidade e do nacionalismo não é a mais adequada para combater a exclusão dos estrangeiros (Joppke, 2005, p. 54).

Independentemente do período de residência ou da existência de um título de residência válido, todos os estrangeiros beneficiam de determinados direitos, como, por exemplo, o direito à vida, o direito à imagem ou o direito à liberdade. Este núcleo basilar de direitos é reconhecido a todas as pessoas, em razão da sua condição de seres humanos, e encontra consagração nos principais instrumentos internacionais de protecção dos direitos humanos, pelo que se impõe aos Estados nacionais, sem que estes possam fazer qualquer tipo de discriminação em razão da nacionalidade. Deste modo, existe um conjunto de direitos e deveres, positivados em instrumentos normativos internacionais e aperfeiçoados e consolidados pela jurisprudência nacional e internacional (Costa, 2000), que assegura a protecção de todo e qualquer indivíduo aonde quer que esteja e que nacionalidade tenha.

Sob outra perspectiva, a nacionalidade também não é condição suficiente para a titularidade e o exercício de direitos de cidadania. Basta recordar que no passado (não assim tão longínquo), muitos nacionais estiveram privados de direitos políticos, como as mulheres ou os trabalhadores, e que os menores continuam a enfrentar, na actualidade, algumas limitações quanto ao exercício de determinados direitos de cidadania.

Na definição de nação e da qualidade de membro (nacional), podemos questionar-nos se a pertença ou não de alguém a uma nação só é relevante quando esse alguém pretende beneficiar de um determinado conjunto de direitos necessários para assegurar o seu bem-estar?

À primeira vista, parece que será sempre assim, até porque um dos elementos que delimita o conceito de nação é a aspiração de um determinado povo ao exercício do poder político autónomo.

Mas parece que não será só isso, nem sobretudo apenas isso.

Se o fosse, a ligação à nação só existiria enquanto esses direitos fossem garantidos e não existisse uma outra nação que permitisse o acesso a um leque maior de direitos. Mas isso

não explicaria, por exemplo, que nações sem Estado mereçam uma forte adesão popular, o que sucede sempre na fase inicial de todos os projectos nacionais, e pode ser exemplificado, na actualidade, com a nação catalã, corsa ou basca.

Nem explicaria a ligação que os imigrantes mantêm com a comunidade de origem, mesmo quando dela estão afastados, e a reprodução que fazem de modos de estar próprios e distintos daqueles que prevalecem no Estado de acolhimento.

Se nos interrogarmos sobre o motivo pelo qual um estrangeiro recém-entrado num determinado Estado poderá querer adquirir a respectiva nacionalidade, talvez possamos argumentar que essa será a opção que mais facilmente lhe assegurará um estatuto de igualdade e segurança jurídica e, por isso, será a mais consentânea com os seus interesses pessoais. No entanto, neste caso, a manifestação de vontade na obtenção da nacionalidade não resulta propriamente de uma identificação com a nação e com os seus valores, é apenas uma opção utilitarista destinada a garantir um estatuto jurídico mais completo e mais seguro. Se este desejo pessoal é perfeitamente compreensível, a inexistência de um sentimento de identificação limita ou retira validade à pretensão individual de ingressar na nação e, subsequentemente, é susceptível de questionar o seu direito ao reconhecimento da qualidade de membro da nação.

O incremento das migrações internacionais e a permanência dos imigrantes nos Estados de acolhimento vieram questionar a extensão e a exclusividade do estatuto jurídico de cidadania para os nacionais e obrigou à atribuição de direitos civis e sociais básicos aos imigrantes. No entanto, isto não significa o fim da nação, não afasta a importância da nacionalidade no estabelecimento de uma ligação entre as pessoas, nem obriga à concessão da nacionalidade a todos os estrangeiros.

A nacionalidade só parece desempenhar um papel periférico na vida das pessoas das sociedades liberais ocidentais porque, segundo Miller, são poucas as ocasiões em que as lealdades nacionais são evocadas e exibidas de maneira directa, para além de que estes sentimentos são reprimidos conscientemente por muitos indivíduos (Miller, 1997, pp. 30-31), por serem frequentemente apresentados como negativos e estarem associados a determinados acontecimentos históricos e políticos violentos. No entanto, isso não significa que os indivíduos não concedam relevância aos laços que estão subjacentes à nacionalidade, de tal modo que nos momentos mais inesperados, como numa competição desportiva internacional ou quando a nação se sente ameaçada², podemos observar manifestações

² Como vimos, por exemplo, recentemente com a reacção francesa às considerações da Comissão Europeia sobre a excepção cultural nos acordos de comércio com os EUA.

públicas de comunhão entre indivíduos que não se conhecem mas que estão unidos por algo mais “profundo” do que o gosto por desporto ou a mera residência num determinado território.

Para além disso, como sublinha Miller, as nações não são coisas que existem no mundo independentemente das crenças que as pessoas tenham sobre delas; pelo contrário, elas só existem quando os seus membros se reconhecem entre si como compatriotas e acreditam partilhar características relevantes (Miller, 1997, pp. 38-39). Pelo que, se não existir esse reconhecimento e essa partilha, e embora um terceiro possa adquirir uma nova nacionalidade, poderá ser-lhe difícil ver-se, e ser tido, como um co-nacional. Por isso, alterações legais facilitadoras da concessão da nacionalidade que não atendem aos laços ou às ligações que os indivíduos têm, poderão revelar-se inadequadas ou ineficazes na promoção da integração dos não-nacionais, porque não resolvem os problemas de exclusão social a que essas pessoas podem estar sujeitas.

3. A auto-identificação dos imigrantes residentes em Portugal

Com o objectivo de examinar as dinâmicas de integração política de imigrantes brasileiros e cabo-verdianos residentes na área metropolitana de Lisboa, participamos num projecto de investigação intitulado “Cidades Multiculturais e Integração Política dos Imigrantes na Área Metropolitana de Lisboa”, o qual contou com o apoio do ACIDI/Observatório da Imigração.

Este projecto decorreu em 2008/09 e nele foi aplicado um questionário sobre o processo de integração dos imigrantes, constituído por 114 questões de resposta fechada.

Um dos grupos de questões era relativo aos temas da pertença, do tipo de laços estabelecidos e ao modo como os entrevistados se posicionavam face à nacionalidade de origem e à da sociedade de acolhimento³.

O questionário foi aplicado a uma amostra de 200 brasileiros, 200 cabo-verdianos e 200 portugueses (como grupo de controlo), os quais deveriam ser maiores de 18 anos e residirem em Portugal há pelo menos seis meses.

Não tendo a amostra da trabalho sido determinada de uma forma estatística, a análise dos dados reveste um carácter exploratório e reflecte a percepção de um grupo de imigrantes e de portugueses sobre a respectiva integração e participação na vida social e política portuguesa.

³ Os dados completos apurados foram incluídos na nossa tese de doutoramento e publicados em Costa, 2012.

Uma das questões pedia aos entrevistados que completassem a afirmação «eu sinto que pertenço a...».

Tabela 2 – Sentimento de pertença

	Brasileiros	n	Cabo-verdianos	n
País de origem	68,5%	137	59,5%	119
Portugal	18,0%	36	23,0%	46
Outro país (não sugerido)	--	--	4,0%	8
Nenhum (não sugerido)	--	--	2,5%	5

Nota: *n* corresponde ao número de entrevistados do grupo que responderam à questão.

A maioria dos entrevistados afirmou identificar-se preferencialmente com o país de origem, acontecendo isso em maior número com os entrevistados brasileiros. Apesar disso, quase 1/4 dos entrevistados cabo-verdianos e quase 1/5 dos entrevistados brasileiros expressaram sentir uma maior identificação com Portugal.

Para uma melhor compreensão destes resultados, fomos verificar em que medida a identificação com Portugal poderia ter sido influenciada pela duração da residência em Portugal ou pela prévia aquisição da nacionalidade portuguesa⁴.

Tabela 3 – Ano de entrada em Portugal dos entrevistados

Ano de entrada	Brasileiros	Cabo-verdianos
1960-1973	--	5,0%
1974-1980	--	10,7%
1981-1992	0,5%	28,7%
1993-1998	3,0%	19,1%
1999-2008	96,5%	36,5%

⁴ Os requisitos definidos para a inclusão dos entrevistados em cada um dos grupos permitia incluir nacionais de países terceiros que também já tinham adquirido a nacionalidade portuguesa.

Em relação à duração da residência, a situação dos dois grupos era muito distinta, pois a maioria dos entrevistados brasileiros tinha entrado em Portugal a partir de 1999, sendo que 30% deles o tinham feito entre 2006 e 2008.

Por sua vez, 44,4% dos cabo-verdianos tinham efectuado essa entrada entre 1960 e 1992.

Quanto à segunda hipótese – a prévia aquisição da nacionalidade portuguesa –, apurou-se que apenas 13 entrevistados de origem brasileira tinham a nacionalidade portuguesa (6,5%). No entanto, a maioria dos entrevistados integrados no grupo de origem cabo-verdiana já tinha adquirido a nacionalidade portuguesa, o que sucedia com 116 pessoas (56%).

Este último resultado permitiu-nos analisar a existência de eventuais diferenças de pertença entre o sub-grupo de cabo-verdianos que tinha adquirido a nacionalidade portuguesa e aquele que não o tinha feito (tabela 4).

Tabela 4 – Identificação dos cabo-verdianos com/sem nacionalidade portuguesa

	Identificação com Cabo Verde	n	Identificação com Portugal	n
Nacionais cabo-verdianos	72,7%	64	12,5%	11
Dupla nacionalidade	49,1%	55	31,3%	35

Nota: *n* corresponde ao número de entrevistados do grupo que responderam à questão.

Os dados obtidos permitem-nos fazer duas leituras: por um lado, é possível verificar uma determinada relação entre a titularidade da nacionalidade portuguesa e a partilha de um sentimento de maior identificação com Portugal; por outro lado, 49,1% daqueles que têm a nacionalidade portuguesa continuam a privilegiar, em Portugal, a sua identidade nacional de origem.

Uma possível hipótese de explicação para esta situação poderá estar na eventual existência de uma situação de exclusão (não eliminada pela aquisição da nacionalidade), o que significaria que a identificação com o país de origem seria uma espécie de defesa e protecção face a um ambiente adverso.

Quando questionados sobre se pretendiam continuar a viver em Portugal, 33,5% dos entrevistados cabo-verdianos e 16% dos brasileiros responderam que não. No entanto, apenas um cabo-verdiano, em 67 entrevistados, invocou a discriminação como razão para isso, e outro justificou-o com o não se sentir integrado em Portugal (no caso dos brasileiros

respectivamente 1 e 3 entrevistados). Os restantes fundamentaram a vontade de não continuar a residir em Portugal com as más condições de vida que tinham (o que, em certas situações, também se pode associar a problemas de integração) e com razões familiares.

Uma outra hipótese possível de explicação para essa menor identificação com Portugal poderia ser o facto da nacionalidade ser algo mais do que uma forma privilegiada de acesso a um certo catálogo de direitos e deveres, expressando uma identificação com os outros e a adesão a um conjunto de valores e princípios, pelo que a aquisição de uma nova nacionalidade não seria suficiente para estabelecer essa ligação (se ela não existisse antes) e não afectaria de forma significativa a identidade originária, a qual continuaria a ser determinante e privilegiada na configuração da identidade pessoal.

Para se perceber o tipo de relações e laços privilegiados pelos entrevistados, procurou-se saber como estes avaliavam quantitativamente o grau de apego ou de identificação com determinados grupos de pessoas e de lugares. Para isso, foi-lhes apresentada uma lista e utilizada uma escala de 0 a 10, em que o valor mínimo, 0, correspondia a «sem apego/sem identificação» e o valor máximo, 10, a «muito apego/muita identificação».

Tabela 5 – Identificação com lugares e grupos de pessoas

Tipo de ligação	Brasileiros	Cabo-verdianos	Portugueses
Pessoas da sua religião	7,9	6,9	5,6
Portugueses	7,7	6,5	7,3
Bairro	7,5	7,2	6,2
Pessoas do seu sexo	8,3	7,3	7,0
Pessoas da região de Lisboa	7,1	6,4	6,3
Pessoas da sua idade	8,5	7,7	7,4
Pessoas do grupo étnico	8,6	8,2	--
Pessoas da sua classe social	8,5	6,9	6,4
País de acolhimento	8,2	s/d	--
País de origem	8,6	8,6	6,1

Nota 1: Os dados de cada coluna correspondem ao valor médio apurado para o total de entrevistados que responderam a cada tipo de ligação.

Nota 2: No tratamento dos dados verificou-se que os entrevistadores não tinham questionado os cabo-verdianos sobre a identificação com o país de acolhimento, pelo que não são disponibilizados dados; no caso dos portugueses, as questões sobre a identificação com o grupo étnico e o país de acolhimento não faziam parte do questionário.

Os entrevistados brasileiros e cabo-verdianos mostraram manifestar um maior apego ou identificação com o seu grupo étnico e o seu país de origem, sendo que, no caso dos cabo-verdianos, a diferença entre essa apreciação e a dos restantes tipos de ligação é significativa.

Por sua vez, o grupo dos portugueses manifestou um maior apego em relação às pessoas da sua própria idade e aos co-nacionais, embora, neste último caso, os valores sejam inferiores àquele que foi manifestado pelos brasileiros e cabo-verdianos em relação ao país de origem e ao grupo étnico e, com excepção da identificação com os portugueses (e apenas em comparação com os cabo-verdianos), os valores de apego/identificação dos portugueses são sempre inferiores aos dos outros grupos de entrevistados.

Em relação aos laços que estão mais directamente relacionados com a residência, ou seja, as ligações estabelecidas com os portugueses, com a região de Lisboa ou com o bairro, eles apresentam sempre os valores mais baixos de apego ou identificação entre os entrevistados brasileiros e cabo-verdianos.

Estes dados são relevantes porque são estes laços de residência que fundamentam, ou permitem, a aquisição da nacionalidade por naturalização e são eles que estão na base da teorização da nação cívica.

Quanto aos dois sub-grupos de nacionais cabo-verdianos (ou seja, com e sem a nacionalidade portuguesa) existem pequenas diferenças de décimas (entre 0,1 a 0,3) na expressão de apeço em cada um dos exemplos apresentados, com excepção da identificação com as pessoas da mesma religião, em que essa diferença é de 1,2. Aqueles que apenas têm a nacionalidade cabo-verdiana expressam, em geral, um maior apego em relação às várias hipóteses colocadas, como sucede com a apreciação da ligação aos portugueses, em que os luso-cabo-verdianos (apesar de também serem nacionais) expressam um menor apego (0,2), embora isso também suceda, na mesma medida, em relação ao respectivo grupo étnico, se bem que os valores de apreciação total de um e de outro sejam bem distintos.

Aos entrevistados que não tinham a nacionalidade portuguesa foi-lhes perguntado se no futuro gostariam de a adquirir.

Para além das respostas «sim» e «não», foi ainda apresentada uma possibilidade de resposta em que só se admitia a aquisição da nacionalidade portuguesa se ela não implicasse a perda da nacionalidade de origem (situação não prevista na ordem jurídica portuguesa).

Tabela 6 – Desejo de adquirir a nacionalidade portuguesa

	Brasileiros	n	Cabo-verdianos	n
Sim	40,6%	76	60,2%	53
Sim, mas só se puder manter a actual nacionalidade	49,2%	92	31,8%	28
Não	5,9%	11	3,4%	3
Não sabe/não responde	4,3%	8	4,6%	4

Nota: *n* corresponde ao número de entrevistados que responderam.

Uma clara maioria dos entrevistados manifestou o desejo de adquirir a nacionalidade portuguesa, embora uma percentagem significativa, em especial no caso dos brasileiros, apenas o faria se isso não implicasse a perda da sua nacionalidade de origem. Como o questionário foi aplicado em 2008/09 e 30% dos entrevistados brasileiros tinham entrado em Portugal nos anos de 2006/2008, parece difícil que em tão pouco tempo tivessem desenvolvido um sentimento de identificação tão estreito com a nação portuguesa que justificasse uma vontade generalizada de querer adquirir a nacionalidade.

Os entrevistados que não tinha a nacionalidade portuguesa foram ainda questionados sobre a razão que os levava a querer adquirir a nacionalidade portuguesa. Nesta questão, as respostas foram espontâneas, não tendo sido apresentada nenhuma lista de hipóteses possíveis. As respostas fornecidas foram depois agrupadas pelos entrevistadores em cinco grandes grupos de razões, conforme se pode ver na tabela 7.

O motivo mais indicado para justificar o desejo de adquirir a nacionalidade portuguesa foi, nos dois grupos de entrevistados, a possibilidade que isso lhes dava de obter uma plena igualdade de direitos e deveres de cidadania.

Os entrevistados cabo-verdianos também indicaram, em número significativo, a facilidade que essa aquisição da nacionalidade representaria para eles em termos de mobilidade no espaço europeu.

Tabela 7 – Motivos para a aquisição da nacionalidade portuguesa

	Brasileiros	n	Cabo-verdianos	n
Identifica-se completamente com a cultura portuguesa	10,7%	19	5,7%	5
Pretende obter igualdade plena de direitos e deveres de cidadania	61,0%	108	47,7%	42
Tem familiares com a nacionalidade portuguesa	1,1%	2	5,7%	5
É um direito que pretende exercer	13,6%	24	12,5%	11
Facilita a mobilidade na Europa	8,5%	15	23,9%	21
Não responde	5,1%	9	4,5%	4

Nota: *n* corresponde ao número de entrevistados que responderam.

Deste modo, verificamos o estabelecimento de uma ligação muito directa e instrumental entre a nacionalidade e a cidadania pelos entrevistados, sendo aquela entendida como uma forma de conseguir alcançar um melhor estatuto jurídico ou uma via para superar os obstáculos colocados à circulação no espaço comunitário.

Por outro lado, as respostas que poderiam, aparentemente, revelar uma maior ligação a Portugal, como seriam a identificação com a cultura portuguesa ou a partilha de laços familiares, apenas correspondem às motivações de 11,8% brasileiros e de 11,4% cabo-verdianos.

4. Considerações finais

Para os imigrantes, a aquisição da nacionalidade poderá representar a possibilidade de assegurar a estabilidade da sua permanência no país de acolhimento, a qual deixa de estar subordinada à posse de um título de residência válido e permite eliminar algumas restrições que estão associadas ao estatuto de imigrante, como a existência de alguns limites ao reagrupamento familiar ou a validade da autorização da residência estar dependente do exercício efectivo de uma actividade laboral.

No entanto, a nacionalidade traduz a ligação de um indivíduo à nação e, como tal, expressa uma determinada forma de identidade colectiva, em resultado de um conjunto de características étnicas e cívicas singulares (ou pelo menos como tal apresentadas), próprias aos

seus membros e que os distingue dos membros das outras nações. Para além disso, o carácter exclusivo da nacionalidade fortalece a união entre os seus membros e serve de base à construção de relações de confiança e de reciprocidade necessárias para assegurar a estabilidade e a coesão social da comunidade. Por fim, a nação desempenha uma função de legitimação política do Estado, na sequência da Revolução Francesa e da eliminação dos sistemas políticos feudais.

Por isso, e tendo em conta as funções da nacionalidade e da nação, a via da concessão nacionalidade enquanto estratégia política para a promoção da integração social dos imigrantes poderá não ser a mais adequada.

Deste modo, mais do que facilitar a concessão da nacionalidade, cuja aquisição deverá ser o culminar de um processo de integração social bem sucedido, os esforços políticos deverão centrar-se na extensão da cidadania e do respectivo catálogo de direitos e deveres, de modo a assegurar não só a protecção dos estrangeiros, mas também a estabilidade social da nação e do Estado.

Bibliografia

- Brubaker, R (1992), *Citizenship and Nationhood in France and Germany*, Cambridge: Harvard University Press.
- Costa, Paulo Manuel (2012), *Comunidade Política, Imigração e Coesão Social: O caso Português*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Costa, Paulo Manuel (2000), “A protecção dos estrangeiros pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem perante processos de asilo, expulsão e extradição - a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem”, *Revista da Ordem dos Advogados*, n.º 2000(I), pp. 497-541.
- Direcção-Geral da Política de Justiça (2013), *Actos praticados na Conservatória dos Registos Centrais, por tipo de acto, ficheiro digital*, <http://www.siej.dgpi.mj.pt/>, acedido a 20 de Janeiro de 2016.
- Joppke, C. (2005), “Exclusion in the Liberal State: The Case of Immigration and Citizenship Policy”, *European Journal of Social Theory*, v. 8, n.º 1, pp. 43-61.
- Miller, D. (1997), *Sobre la nacionalidad: Autodeterminación y pluralismo cultural*, Barcelona: Ediciones Paidós.
- Shulman, S. (2002), “Challenging the civic/ethnic and west/east dichotomies in the study of nationalism”, *Comparative Political Studies*, v. 35, n.º5, pp. 554-585.
- Smith, A. D. (1999), *Nações e Nacionalismo Numa Era Global*, Oeiras: Celta Editora.
- Smith, A. D. (1997), *A identidade nacional*, Lisboa: Gradiva.

Smith, A. D. (1995), *The ethnic origins of nations*, Oxford: Blackwell Publishers.

Soysal, Y. N. (1994), *Limits of citizenship: migrants and postnational membership in Europe*, Chicago: The University of Chicago Press.